

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.859 - TO (2019/0267882-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : TRANSPORTADORA MARINHEIRO LTDA**  
**ADVOGADOS : RODRIGO RODOLFO FERNANDES SILVA - GO021440**  
**GLAUPE MOABIA CUNHA VIEIRA E OUTRO(S) - GO054627**  
**RECORRIDO : N W C A (MENOR)**  
**RECORRIDO : L D O C C - POR SI E REPRESENTANDO**  
**RECORRIDO : IRENI DIAS DA COSTA**  
**RECORRIDO : GILSON DE SOUSA COSTA**  
**RECORRIDO : I D E S S (MENOR)**  
**REPR. POR : T F D A S**  
**RECORRIDO : MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA COSTA - ESPÓLIO**  
**RECORRIDO : MARIA DAS GRACAS PEREIRA DA SILVA**  
**RECORRIDO : DORIVAL SILVEIRA DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : DORIVAL SILVEIRA DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : JOSE BARBOSA ALVES**  
**ADVOGADO : JOÃO JOSÉ DUTRA NETO - TO005109**  
**INTERES. : GENERALI BRASIL SEGUROS S A**  
**ADVOGADO : ILAN GOLDBERG E OUTRO(S) - RJ100643**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por TRANSPORTADORA MARINHEIRO LTDA., contra acórdão assim ementado (fl. 1.768):

APELAÇÕES CÍVEIS. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS.

PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. AFASTADA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÕES.

INTERVENÇÃO CIRÚRGICA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA VERIFICADA. NEXO DE CAUSALIDADE. CULPA DE TERCEIRO NÃO COMPROVADA. ILÍCITO CIVIL DEVIDAMENTE CONFIGURADO. DANO ESTÉTICO. ALTERAÇÃO MORFOLÓGICA DO INDIVÍDUO VERIFICADA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO MORAL. PENSIONAMENTO MENSAL.

INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1- Tendo o Apelante pleiteado a desistência do recurso que interpôs, faculdade que lhe outorga a lei, de rigor a homologação do aludido pleito. 2- Não havendo demonstração de

# *Superior Tribunal de Justiça*

prejuízo, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa, consoante o brocardo “pas nullité sans grief”. 3- Sendo a conduta da Ré, sob o enfoque da causalidade adequada, a causa suficiente do acidente narrado na peça vestibular, de rigor a reparação requestada. 4- A alegação de que o sinistro se efetivou por culpa de terceiro, quando divorciada do acervo probatório, não se presta a arrear o nexo da causalidade. 5- Se o acidente de trânsito objeto dos autos ensejou alteração morfológica dos autores, rendendo-lhes cicatrizes e marcas, de rigor a manutenção da condenação ao pagamento de indenização por dano estético. 6- Quantum indenizatório moral fixado em R\$ 50.000,00 e R\$ 30.000,00, mormente considerando as peculiaridades do caso e os danos amargados por cada um dos autores. 7- Não restando comprovada a alegada incapacidade laboral, não há que se falar em pensionamento mensal, pois inaplicável a inteligência do art. 950, do Código Civil. 8- Desistência do primeiro recurso homologada. 9- Segundo apelo conhecido e parcialmente provido. 10- Terceiro apelo conhecido e não provido.

Em suas razões, a recorrente alega afronta ao art. 5º, LV, da Constituição Federal; 932 do Código de Processo Civil/2015; 186, 927, 884 e 994 do Código Civil. Aduz que “imprescindível a produção satisfatória para uma correta aferição das circunstâncias de relevantes da causa” (fl. 1.810); e que “o ajuizamento da verbas indenizatórias arbitradas em razão das peculiaridades esboçadas no acórdão recorrido, é extremamente exorbitante, não se revelando em adequação ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade” (fl. 1.810).

Passo a decidir.

Inicialmente, no que se refere à alegada afronta ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, a via especial é inadequada para análise de arguição de contrariedade a texto constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao STF. Nesse sentido (AgRg no Ag nº 916.531, GO, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 3.11.2008).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela ocorrência de dano moral indenizável, assim se pronunciando (fls. 1.772/1774):

(...) vê-se incontroverso o ato ilícito perpetrado e, por consectário, o

# *Superior Tribunal de Justiça*

dever de indenizar, sendo de rigor a manutenção da sentença quanto à condenação dos Réus ao pagamento de indenização em favor do autor pelos danos morais e estéticos que este amargou.

(...)

Na espécie, entendo que o valor arbitrado na sentença hostilizada a título de danos morais, qual seja, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), comporta, de fato, reparo quanto ao autor NASCIZO WILLIAN CAVALCANTE AMARAL, mormente se considerado que os danos por ele experimentados, embora inegáveis, não lhe rendeu outras sequelas além de lesões ortopédicas e sua sujeição a tratamento cirúrgico, pelo entendo necessário reduzir o quantum indenizatório moral ao patamar de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), até para melhor adequá-lo aos valores praticados e reconhecidos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

Quanto à LUZINETH DO CARMO CAVALCANTE, tenho que o valor arbitrado na sentença hostilizada a título de danos morais, qual seja, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), não comporta reparo, na medida em que, conforme laudo pericial 5, as sequelas do acidente ainda assombravam a autora à época da lavratura do aludido documento (28/04/2016), isto é, quase 2 (dois) anos após a ocorrência do fatídico acidente automobilístico.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Acrescente-se que nos moldes da jurisprudência desta Corte, como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS/EMBARGANTES.

(...)

2. Consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, este é o destinatário final das provas, de modo que cabe a ele decidir quanto à necessidade ou não dessas, não configurando cerceamento

# *Superior Tribunal de Justiça*

de defesa a decisão pelo julgamento antecipado do feito ou o indeferimento do pedido de produção probatória, especialmente quanto o magistrado entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento. Precedentes. Incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.

3. A reforma do acórdão estadual, no sentido pretendido pela parte recorrente, exigiria ilidir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre as cláusulas da avença firmada entre as partes e sobre a existência de determinação, por parte do BNDES, para que a casa bancária não realizasse o repasse das verbas. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 374.153/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018)

No que tange ao valor da verba indenizatória por dano moral, o Tribunal de origem fixou o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com base nos fatos e provas dos autos e a revisão do julgado nesse sentido fica obstada pela incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, eis que dependente de reexame de matéria fática da lide.

É certo que o Superior Tribunal de Justiça considera, excepcionalmente, cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.11.2009 e AgRg no Ag 939.482/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 20.10.2008, entre outros). Observo, todavia, que a quantia arbitrada pelo Tribunal estadual mostra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não se mostrando desproporcional à lesão, de modo a ensejar sua alteração em grau de recurso especial.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao recurso especial e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro

# *Superior Tribunal de Justiça*

em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

